



Câmara Municipal de Itatiba

CONCURSO PÚBLICO

## 014. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 80 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta azul ou preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 4 horas, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato \_\_\_\_\_

Prédio \_\_\_\_\_

Sala \_\_\_\_\_

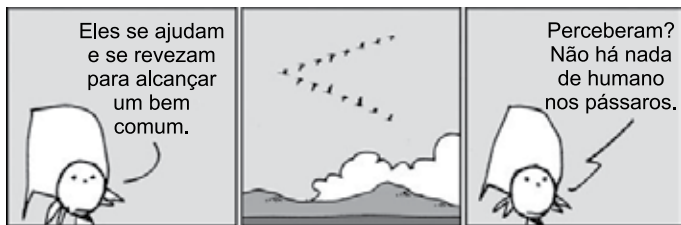
Carteira \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_



LÍNGUA PORTUGUESA

Leia a tira para responder às questões de números 01 e 02.



(André Dahmer, *Malvados*. Disponível em <http://www.mbalvados.com.br>. Acesso em 24.04.2015)

01. É correto concluir, a partir da leitura da tira, que o autor faz uma crítica ao que ele considera ser uma característica dos

- (A) humanos: trabalhem em conjunto com vistas a um objetivo comum, que beneficie a todos os membros do grupo.
- (B) pássaros: agirem de modo muito parecido com as ações humanas no que diz respeito ao bem-estar do grupo.
- (C) humanos: em vez de se ajudarem, tendo em vista o bem comum de todo o grupo, comportam-se como os pássaros.
- (D) pássaros: não serem capazes de imitar as ações dos homens, já que estes são exemplares quanto ao trabalho em grupo.
- (E) humanos: atuarem de modo individualista, não se organizando para trabalhar em grupo, em busca de um bem comum.

02. O termo destacado na fala do primeiro quadrinho – Eles se ajudam e se revezam **para** alcançar um bem comum. – expressa

- (A) condição.
- (B) proporção.
- (C) concessão.
- (D) finalidade.
- (E) conformidade.

Leia o texto para responder às questões de números 03 a 06.

Viva a subversão

Uma das melhores facetas da internet é que ela é subversiva. Desde que a rede surgiu e se disseminou, ficou muito mais difícil para governos controlarem o que as pessoas leem, as ideias a que se expõem e mesmo o que fazem em ambiente virtual, onde as fronteiras entre Estados praticamente inexistem. De um modo geral, apesar de algumas experiências de censura digital bem-sucedida, como a chinesa, o planeta se tornou um lugar mais livre com a internet.

É claro que “livre” não é sinônimo de “bom”. Bastante gente usa o amplo acesso à informação que a rede proporciona para o mal, como o prova, por exemplo, o crescente número de fraudes eletrônicas. De todo modo, como é sempre uma minoria da população que comete crimes, dá para afirmar que o saldo da internet é amplamente positivo.

Nesse contexto, é lamentável constatar que legisladores ainda não tenham entendido o que é a rede e, inadvertidamente, insistam em tentar regulá-la de maneira que não é desejável nem factível. A mais recente iniciativa com essas características está no projeto de lei que cria apostas esportivas *on-line*. Ao que consta, há previsão de multa de até R\$ 200 mil a brasileiros que apostarem em *sites* no exterior.

Em primeiro lugar, é duvidoso que essa pretensão seja legal. Até prova em contrário, o cidadão que acessa uma página no estrangeiro e estabelece uma relação comercial com o *site* está atuando fora da jurisdição do Brasil. As regras que valem são as do país onde a página está hospedada.

Essa transnacionalidade, que, se não apaga as fronteiras, as esmaece, é uma das principais características a tornar a internet uma promotora da liberdade. Ela detona o, digamos, monopólio natural que o Estado exercia sobre seus cidadãos. Ainda que fosse possível eliminar isso – os EUA, embora tenham tentado, não conseguiram impedir o jogo *on-line* –, eu não recomendaria.

(Hélio Schwartzman. *Folha de S.Paulo*, 14.03.2015. Adaptado)

03. De acordo com a opinião do autor, expressa nos dois primeiros parágrafos do texto, a internet tem sido uma importante ferramenta de comunicação na medida em que

- (A) tem seu conteúdo livremente disseminado, visto não haver meios de os governos controlarem o que as pessoas fazem em ambiente virtual.
- (B) tornou o mundo mais livre, pois, com algumas exceções, os governos não podem controlar totalmente os conteúdos disseminados no ambiente virtual.
- (C) tornou o mundo mais seguro, já que os governos conseguem ter controle absoluto sobre as informações que são disponibilizadas em ambiente virtual.
- (D) é um ambiente livre, pois, apesar de algumas experiências de censura digital bem-sucedida, os governos desistiram de ter controle sobre seu conteúdo.
- (E) proporciona segurança para os usuários, já que são muito raros os relatos sobre fraudes eletrônicas praticadas em ambiente virtual.

04. Conforme o autor, a iniciativa dos legisladores quanto às apostas esportivas *on-line* em *sites* no exterior, em mais uma tentativa de regular o uso da internet no Brasil, é
- (A) acertada, porque, apesar de se tratar de um tema polêmico, é perfeitamente realizável.
  - (B) difícil de ser realizada, mesmo se tratando de um tema que não envolve polêmicas.
  - (C) coerente, já que essa relação comercial deve ser regulada pela legislação brasileira.
  - (D) imprudente, pois poderia prejudicar a relação comercial entre o Brasil e o país de origem do *site*.
  - (E) equivocada, pois as regras do país de origem do *site* é que regulam a relação comercial.

05. Considere o seguinte trecho do texto.

Nesse contexto, é lamentável constatar que legisladores ainda não tenham entendido o que é a rede e, **inadvertidamente**, insistam em tentar regulá-la...

O termo em destaque no trecho expressa circunstância de

- (A) afirmação, podendo ser substituído por realmente.
- (B) dúvida, podendo ser substituído por possivelmente.
- (C) modo, podendo ser substituído por desavisadamente.
- (D) tempo, podendo ser substituído por impreterivelmente.
- (E) intensidade, podendo ser substituído por demasiadamente.

06. Releia o último parágrafo do texto.

Essa transnacionalidade, que, se não apaga as fronteiras, as **esmaece**, é uma das principais características a tornar a internet uma **promotora** da liberdade. Ela detona o, digamos, monopólio natural que o Estado exercia sobre seus cidadãos. Ainda que fosse possível eliminar isso – os EUA, embora tenham tentado, não conseguiram impedir o jogo *on-line* –, eu não recomendaria.

Os termos **esmaece** e **promotora**, em destaque no trecho, têm sentidos equivalentes aos de, respectivamente,

- (A) enfraquece e fomentadora.
- (B) desfaz e perpetradora.
- (C) consolida e instigadora.
- (D) atenua e reveladora.
- (E) estabiliza e geradora.

Leia a tira para responder às questões de números 07 e 08.



(Quino, *Toda Mafalda*: Martins Fontes, 2010)

07. A fala do segundo quadrinho da tira permanece correta, após o acréscimo de vírgula(s), de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, em:
- (A) Vamos ver: na semana que, vem vou comprar duas revistinhas novas.
  - (B) Vamos ver: na semana que vem, vou comprar duas revistinhas novas.
  - (C) Vamos ver: na semana que vem vou, comprar duas revistinhas novas.
  - (D) Vamos ver: na semana que vem vou comprar, duas revistinhas novas.
  - (E) Vamos ver: na, semana que vem vou comprar duas, revistinhas novas.

08. Considere as seguintes falas da tira.

... vou **comprar duas revistinhas novas**. / ... será que vou **comprá-las**...

Nas falas, observa-se o uso correto do pronome substituindo a expressão “duas revistinhas”. Assinale a alternativa em que o pronome que substitui a expressão em destaque no primeiro segmento de frase também está corretamente empregado, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Bastante gente **usa o amplo acesso**... / Bastante gente **usa-no**...
- (B) ... uma minoria da população que **comete crimes**... / ... uma minoria da população que **comete-nos**...
- (C) ... projeto de lei que **cria apostas esportivas on-line**... / ... projeto de lei que **lhes** cria...
- (D) ... o cidadão que **acessa uma página**... / ... o cidadão que **lhe acessa**...
- (E) ... se não **apaga as fronteiras**... / ... se não **as apaga**...

09. Assinale a alternativa em que a forma verbal destacada está empregada de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa.

- (A) Para que fossem mais organizadas, seria importante que as pessoas **mantessem** um planejamento mínimo de suas atividades.
- (B) Se **dispôssemos** de mais tempo, certamente cultivaríamos melhor o hábito da leitura, fazendo dele uma atividade prazerosa.
- (C) Poderia ser muito construtivo para o seu futuro que o homem **retesse** consigo objetos com significados importantes para a sua vida.
- (D) E se, quando fazemos a escolha errada, a vida nos **reposse** a chance de poder rever a nossa escolha?
- (E) Seria realmente muito gratificante se os caprichos do destino sempre **interviessem** a nosso favor, realizando nossos desejos.

10. Leia o texto para responder à questão.

Meu pai nunca entendeu que eu e minha irmã não tínhamos a mesma idade que ele. Isso não se **restringia** \_\_\_\_\_ nós nem mudou com o tempo: até hoje ele conversa com uma criança de três anos de igual para igual, o que faz com que elas o adorem, como se o tom as promovesse a outro patamar. Quando você é filho, no entanto, a coisa é um pouco mais complicada.

(Antonio Prata. Disponível em <http://blogdoantonioprata.blogspot.com.br>. Acesso em 24.04.2015. Adaptado)

Considerando-se a regência do verbo restringir, em destaque, a lacuna do trecho deve ser preenchida, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, com

- (A) a
- (B) de
- (C) em
- (D) por
- (E) com

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### DIREITO CONSTITUCIONAL

11. As disposições da Constituição Federal brasileira a respeito dos direitos políticos estabelecem que

- (A) o plebiscito e o referendo são formas típicas de manifestação da democracia indireta.
- (B) o alistamento eleitoral e o voto são facultativos para: os analfabetos; os maiores de sessenta anos; e os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos.
- (C) a idade mínima de: dezoito anos para Vereador, e de trinta anos para Governador é uma das condições de elegibilidade para esses cargos públicos.
- (D) para concorrerem a outros cargos, os Vereadores e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- (E) os analfabetos e os estrangeiros são inalistáveis e inelegíveis.

12. A recepção dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos pelo Direito brasileiro encontra-se disciplinada pelo atual texto constitucional, que foi alterado pela Emenda Constitucional nº 45/2004, denominada de Emenda da Reforma do Judiciário, a qual recebeu a devida interpretação do Supremo Tribunal Federal, que, então, definiu que os referidos tratados são recepcionados com o *status* de

- (A) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o *quorum* de maioria simples, terão o *status* de norma supralegal.
- (B) norma supralegal, independentemente do *quorum* com que foram aprovados, mas aqueles aprovados antes da emenda 45/04 terão *status* de lei ordinária.
- (C) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o *quorum* de maioria simples, terão o *status* de lei ordinária.
- (D) norma supralegal, se aprovados com o *quorum* de emenda constitucional, e aqueles aprovados antes da emenda 45/04 terão *status* de lei complementar.
- (E) emenda constitucional, se aprovados com o mesmo procedimento previsto para essa espécie normativa, mas, se aprovados com o *quorum* de maioria simples, terão o *status* de lei complementar.

13. No sistema de controle de constitucionalidade, com relação a suas funções constitucionais, o Procurador-Geral da República
- (A) tem competência privativa para propor a arguição de descumprimento de preceito fundamental.
  - (B) tem a competência privativa para propor a ação direta de inconstitucionalidade e a ação declaratória de constitucionalidade.
  - (C) deve ser citado, previamente, nas ações diretas de inconstitucionalidade, para defender o ato ou texto impugnado.
  - (D) deve ser previamente ouvido nas ações de inconstitucionalidade.
  - (E) tem competência para suspender a executividade de lei ou ato normativo declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.
14. “A lei orçamentária anual não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e à fixação da despesa, não se incluindo na proibição a autorização para abertura de créditos suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.” O dispositivo constitucional transcrito representa o denominado princípio orçamentário da
- (A) unidade.
  - (B) exclusividade.
  - (C) especialização.
  - (D) não afetação.
  - (E) universalidade.
15. Sobre a política urbana, é correto afirmar, com base na Constituição Federal, que
- (A) a política de desenvolvimento urbano, executada pela União, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.
  - (B) a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas na Lei Orgânica.
  - (C) as desapropriações de imóveis urbanos serão feitas por meio de títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos.
  - (D) os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião nem por desapropriação.
  - (E) o Município pode instituir o imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo para exigir o adequado aproveitamento de imóvel urbano.
16. Conforme dispõe a Carta Magna, desde que atendam às exigências estabelecidas em lei, possuem isenção de contribuição para a seguridade social:
- (A) os Municípios.
  - (B) os Estados.
  - (C) as microempresas.
  - (D) o arrendatário rural e o pescador artesanal.
  - (E) as entidades beneficentes de assistência social.
17. Conforme as normas contidas na Constituição Federal a respeito da previdência social, é correto afirmar que
- (A) será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória.
  - (B) deve prover, nos termos da lei, salário-família e auxílio-reclusão para os dependentes de todos os segurados.
  - (C) prevê filiação ao regime geral de previdência social, na qualidade de segurado facultativo, de pessoa participante de regime próprio de previdência.
  - (D) prevê o regime de previdência privada, de caráter complementar, e organizado de forma vinculada em relação ao regime geral de previdência social.
  - (E) assegura aposentadoria no regime geral de previdência social aos trinta anos de contribuição, se homem, e vinte e cinco anos de contribuição, se mulher.
18. Estabelece a Constituição da República que, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele
- (A) readmitido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
  - (B) reincorporado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será exonerado, com direito a indenização, ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
  - (C) reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
  - (D) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
  - (E) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reintegrado ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

**19.** O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (TCESP) julgou irregulares as contas prestadas pela Câmara Municipal. No voto, o relator destacou que o Legislativo cometeu impropriedades quanto ao quadro de pessoal, uma vez que os cargos em comissão estão em descompasso com o exigido pelo artigo 37, inciso V, da Carta Federal, bem como elevado número de cargos comissionados. O advogado da Câmara, ao ser consultado sobre as providências a serem adotadas, deverá

- (A) tranquilizar o Presidente da Câmara, pois seus atos não estão sujeitos a controle externo pelo TCESP, que é órgão auxiliar do Poder Legislativo.
- (B) orientar o Presidente da Câmara a regularizar o quadro de pessoal, observando que o não atendimento desse alerta poderá prejudicar as contas futuras e acarretar responsabilidade patrimonial.
- (C) manifestar-se pelo descabimento de providências, tendo em vista que o julgamento de irregularidade das contas não tem efeito prático, uma vez que o TCESP é órgão auxiliar do Legislativo.
- (D) orientar a autoridade consulente a considerar a decisão do TCESP mera recomendação, pois o controle dos atos da Câmara é de exclusiva competência do Poder Judiciário.
- (E) recomendar o ajuizamento de medida judicial para obstar a aplicação de penalidade pelo TCESP, por faltar-lhe competência para exercício do controle externo.

**20.** Nos termos do artigo 37, § 6º, da Constituição Federal, as pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, permitindo afirmar que

- (A) a Câmara Municipal, incumbida das funções legislativas, por não ter personalidade jurídica, não se sujeita a esse dispositivo.
- (B) o Município responde pelos danos que os servidores da Câmara Municipal, nessa qualidade, causarem a terceiros, desde que demonstrado o nexo causal entre o dano e a ação dos agentes públicos.
- (C) os servidores da Câmara Municipal, órgão do Município, respondem pelos danos causados, independentemente de dolo ou culpa.
- (D) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é subjetiva.
- (E) a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva, pois independe do nexo causal.

**21.** Em relação ao desfazimento dos atos administrativos, é correto afirmar que

- (A) a revogação se funda na inconveniência do ato para a satisfação dos interesses do administrador.
- (B) na revogação, a Administração Pública promove o seu desfazimento, por razão de vício ou defeito.
- (C) a revogação só pode ser aplicada relativamente a atos praticados no exercício da competência vinculada.
- (D) antes de ser revogado, o ato administrativo produz todos os seus efeitos e os produz de modo válido.
- (E) ainda que o ato jurídico tenha se aperfeiçoado e sua revogação cause danos, o particular não tem direito à indenização.

**22.** Criadas por particulares sob as formas comuns do direito civil – fundações ou associações –, elas não constituem uma nova espécie de pessoa jurídica, tratando-se de entidades privadas comuns que recebem uma qualificação especial do Poder Público, no âmbito das respectivas esferas, podendo ser contratadas para prestação de serviços por meio de contrato de gestão, com dispensa de licitação. Tais afirmações referem-se

- (A) às concessionárias.
- (B) aos consórcios públicos.
- (C) às organizações sociais.
- (D) às permissionárias.
- (E) às agências reguladoras.

**23.** A desapropriação

- (A) por interesse social, para fins de reforma agrária, compete à União e deve ser precedida de indenização em dinheiro.
- (B) de terras onde são cultivadas plantas psicotrópicas será indenizada com títulos da dívida pública.
- (C) por descumprimento da função social da propriedade urbana é aplicável somente nos Municípios que tenham plano diretor aprovado por lei.
- (D) indireta deve ser precedida de prévia e justa indenização em dinheiro.
- (E) de bens de domínio do Município, pelos Estados, é expressamente vedada porque afronta o princípio federativo.

- 24.** Nos termos do Decreto nº 201/67, assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade de prefeitos e vereadores.
- (A) Os crimes de responsabilidade do Prefeito Municipal são sujeitos ao julgamento do Poder Judiciário, independentemente do pronunciamento da Câmara dos Vereadores.
  - (B) Comete crime de responsabilidade o Prefeito Municipal que, sem motivo justo, desatende as convocações ou pedidos de informações da Câmara.
  - (C) As infrações político-administrativas dos Prefeitos Municipais não estão sujeitas ao julgamento do Poder Judiciário.
  - (D) O Vereador não pode ter seu mandato cassado por fixar residência fora do Município.
  - (E) Comete infração político-administrativa o Prefeito Municipal que antecipar ou inverter a ordem de pagamento a credores do Município, sem vantagem para o erário.
- 25.** Ajuizada Ação Civil Pública por ato de improbidade, o Magistrado
- (A) ao julgar procedente a ação, é obrigado a aplicar cumulativamente as penas previstas no artigo 12 da Lei de Improbidade Administrativa.
  - (B) ao decretar a perda dos bens havidos ilicitamente, determinará o pagamento ou a reversão dos bens, sempre em favor do Fundo de Reparação de Bens Lesados.
  - (C) pode determinar a constrição de todos os bens dos herdeiros, para garantia do ressarcimento, caso o réu tenha falecido.
  - (D) poderá extinguir o processo sem julgamento do mérito, caso reconhecida a inadequação da ação, desde que o requerido não tenha sido notificado.
  - (E) ao julgar procedente a ação, pode aplicar a pena de ressarcimento do dano de forma isolada, sem ofensa às finalidades previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
- 26.** O Código Civil traz em seu bojo regramento específico sobre as pessoas jurídicas. Nos exatos termos da legislação,
- (A) incluem-se no rol de pessoas jurídicas de direito público interno as autarquias, exceto as associações públicas.
  - (B) as pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos de seus agentes que nessa qualidade causem dano, sendo defeso o direito regressivo contra os causadores do dano, se houver, por parte desses, culpa ou dolo.
  - (C) são consideradas pessoas jurídicas de direito privado as organizações religiosas, as fundações, os Estados estrangeiros e todas as pessoas que forem regidas pelo direito internacional.
  - (D) decai em três anos o direito de anular a constituição de pessoas jurídicas de direito privado, por defeito do ato respectivo, contado o prazo da publicação de sua inscrição no registro.
  - (E) as pessoas jurídicas não possuem personalidade e por isso não há que se cogitar a ocorrência de danos morais contra elas.
- 27.** Sobre os defeitos e invalidades dos negócios jurídicos, assinale a alternativa correta.
- (A) Se há coação na realização de um contrato de venda e compra, tal ato será considerado anulável, e a declaração da existência de tal vício poderá ser feita de ofício pelo juiz.
  - (B) Se alguém, na intenção de prejudicar seus credores, doar seu patrimônio inteiro para sua mãe, esse ato será considerado nulo, e sua discussão só poderá ser feita por meio da chamada ação pauliana.
  - (C) Na situação em que uma pessoa está com seu filho se afogando e não sabe nadar, outra se oferece para tentar salvar a criança em troca de receber uma vultosa quantia em dinheiro, verifica-se a possibilidade de requerer a anulação de tal negócio pela configuração do estado de perigo.
  - (D) A anulabilidade não tem efeito antes de julgada por sentença, e se pronuncia de ofício; só os interessados a podem alegar e aproveita exclusivamente aos que a alegarem, salvo o caso de solidariedade e indivisibilidade.
  - (E) São anuláveis os negócios jurídicos quando as declarações de vontade emanarem de erro substancial que poderia ser percebido por pessoa de diligência normal, e os agentes praticantes forem absolutamente incapazes.



- 28.** Com relação ao instituto da posse, constante no Código Civil, é correto afirmar que
- (A) está previsto no capítulo de direitos reais.
  - (B) o possuidor tem direito de ser mantido na posse em caso de esbulho, restituído no caso de turbação e segurado de violência iminente, se tiver justo receio de ser molestado.
  - (C) ao possuidor de má-fé não serão restituídas quaisquer benfeitorias, mesmo que necessárias, assim como não lhe assiste o direito de retenção pela importância destas, nem o de levantar as voluptuárias.
  - (D) o possuidor de má-fé tem direito, enquanto durar sua posse, aos frutos percebidos.
  - (E) o possuidor de boa-fé não responde pela perda ou deterioração da coisa a que não der causa.
- 29.** Assinale a alternativa com os prazos corretos de prescrição constantes no Código Civil.
- (A) O locador terá prazo de dois anos para requerer em juízo a cobrança relativa aos aluguéis de prédios urbanos e rústicos.
  - (B) Aquele que vencer em juízo terá cinco anos para cobrar do perdedor aquilo que despendeu com a ação judicial.
  - (C) A vítima de um ato que fomente reparação civil terá quatro anos para requerer sua pretensão em juízo.
  - (D) Quando a lei não fixar prazo prescricional, este ocorrerá em vinte anos.
  - (E) O credor de dívidas constantes em instrumentos públicos e particulares terá três anos para fazer a cobrança em juízo.
- 30.** De acordo com as regras de direito de vizinhança descritas no Código Civil,
- (A) o possuidor ou proprietário de um prédio tem o direito de fazer cessar as interferências prejudiciais à segurança, ao sossego e à saúde dos que lá habitam, provocadas pela utilização de propriedade vizinha, e para isso se valerá de uma ação cominatória.
  - (B) as raízes e os ramos da árvore que ultrapassarem a estrema do prédio poderão ser cortados até o plano vertical divisório, pelo proprietário do terreno invadido, apenas com a autorização do dono da árvore.
  - (C) as janelas, eirados, terraços e varandas poderão ser construídos até a um metro de distância do terreno vizinho.
  - (D) é permitido encostar à parede divisória, chaminé, fogões, fornos ou quaisquer aparelhos ou depósitos, mesmo que possa causar interferências ou infiltrações, não necessitando para isso qualquer autorização do vizinho.
  - (E) o proprietário de nascente, ou de solo em que caem águas pluviais, satisfeitas as suas necessidades de consumo, pode impedir ou desviar o curso natural das águas remanescentes pelos prédios inferiores.
- 31.** As regras do condomínio edilício, de acordo com o previsto no Código Civil, preveem que
- (A) a convenção que constitui o condomínio edilício deve ser subscrita pelos titulares de, no mínimo, um quarto das frações ideais e torna-se desde logo obrigatória para os titulares de direitos sobre as unidades, ou para quantos sobre elas tenham a posse ou detenção.
  - (B) o síndico de um condomínio que possui em sua convenção dispositivo expreso autorizando a troca de administradora sem anuência da assembleia, não poderá fazê-lo sem aprovação, pois a atual legislação determina que esse ato seja convalidado por todos os condôminos.
  - (C) se o síndico não convocar uma assembleia anual para aprovar o orçamento das despesas, na forma prevista na convenção, as contribuições dos condôminos e a aprovação da prestação de contas, ela poderá ser convocada por um quarto dos condôminos.
  - (D) depende da aprovação de dois terços dos votos dos condôminos a alteração da convenção e a mudança da destinação do edifício ou da unidade imobiliária.
  - (E) é obrigatório em todo condomínio edilício, mesmo que não previsto em convenção, a existência de um conselho fiscal composto por três membros, eleitos em assembleia, por prazo não superior a dois anos, ao qual compete dar parecer sobre as contas do síndico.
- 32.** Assinale a alternativa correta sobre a responsabilidade civil do particular.
- (A) Se um empregado, de forma negligente, colide com outro veículo, estando na direção de um automóvel de propriedade da empresa para a qual trabalha, tanto o motorista como seu empregador responderão subjetivamente perante a vítima do acidente.
  - (B) O dono de um animal que avança sobre um transeunte e o fere, ressarcirá o dano causado, independentemente de existência de culpa.
  - (C) O incapaz jamais responderá pelos prejuízos por ele causado, pois não está apto aos atos da vida civil.
  - (D) A responsabilidade civil independe da criminal, podendo questionar-se sobre a existência do fato ou sobre quem é seu autor, mesmo que tais questões se achem decididas no juízo criminal.
  - (E) O direito de exigir a reparação dos danos causados e a obrigação de prestá-la é pessoal e não se transmitem por herança.

**33.** De acordo com a Lei nº 8.078/90, que dispõe sobre a proteção do consumidor, como regra:

- (A) o importador responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto do produto.
- (B) o fabricante responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de fabricação de seus produtos, na medida de sua culpa.
- (C) o produtor estrangeiro não responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos de apresentação ou acondicionamento de seus produtos em território brasileiro.
- (D) a responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será objetiva, independentemente da existência de culpa.
- (E) o importador só não será responsabilizado quando provar que o defeito do produto já existia antes de ser colocado no mercado.

**34.** O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em

- (A) trinta dias, tratando-se de produtos não duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da compra do produto.
- (B) quarenta e cinco dias, tratando-se de fornecimento de serviços não duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir do término da execução dos serviços.
- (C) sessenta dias, tratando-se de fornecimento de produtos não duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da compra do produto.
- (D) noventa dias, tratando-se de fornecimento de produtos duráveis, iniciando-se a contagem do prazo decadencial a partir da entrega efetiva do produto.
- (E) cento e vinte dias, tratando-se de fornecimento de serviços duráveis, a partir do término da execução dos serviços.

**35.** À luz do Código de Defesa do Consumidor, no que se refere à publicidade veiculada ao consumidor, é correto afirmar que

- (A) o fornecedor manterá em seu poder, para informação dos legítimos interessados, os dados fáticos que dão sustentação à publicidade de seus produtos, não sendo necessário revelar dados de conteúdos técnicos e científicos devido ao sigilo de patente.
- (B) é enganosa qualquer modalidade de informação ou comunicação de caráter publicitário que induza o consumidor a erro, desde que inteiramente falsa.
- (C) é abusiva a publicidade que incite à violência, explore o medo ou a superstição. Não estão enquadradas nessa categoria publicidades meramente jocosas, que discriminem características físicas de pessoas, como a obesidade e a calvície.
- (D) o ônus da prova da falta de veracidade e correção da informação ou comunicação publicitária cabe a quem alega.
- (E) a publicidade é enganosa por omissão quando deixar de informar sobre dado essencial do produto ou serviço.

**36.** Conforme o Código de Defesa do Consumidor, no que se refere ao Banco de Dados e Cadastro de Consumidores, assinale a alternativa correta.

- (A) Os cadastros e os dados de consumidores devem ser objetivos, claros, verdadeiros e em linguagem de fácil compreensão, não podendo conter informações negativas referentes a período superior a três anos.
- (B) A abertura de cadastro, ficha, registro de dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando solicitado por ele.
- (C) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de trinta dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.
- (D) Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, informações que possam dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores.
- (E) Os bancos de dados e os cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter privado.

37. São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que
- (A) infrinjam ou possibilitem a violação de normas ambientais.
  - (B) estabeleçam inversão do ônus da prova em prejuízo do fornecedor.
  - (C) possibilitem a utilização de arbitragem como meio de solução de conflitos.
  - (D) autorizem a modificação do conteúdo do contrato pelas partes, após sua celebração.
  - (E) possibilitem a renúncia do direito de indenização por benfeitorias voluptuárias.

### DIREITO PROCESSUAL CIVIL

38. A dispensa do reexame necessário se aplica a sentença
- (A) ilíquida.
  - (B) cujo valor da condenação for igual a 70 salários-mínimos.
  - (C) que julgar improcedente os embargos à execução de dívida ativa da Fazenda Pública.
  - (D) que estiver fundada em jurisprudência do plenário do Supremo Tribunal Federal.
  - (E) de procedência dos embargos do devedor na execução de dívida ativa de valor superior a 70 salários-mínimos.
39. O *habeas data* é cabível para
- (A) informar critérios utilizados na correção de provas em concurso público.
  - (B) o cônjuge supérstite obter informações do falecido, para possível correção.
  - (C) obtenção de informações de inquérito que tramite em segredo de justiça.
  - (D) obtenção de certidão de dados constantes de registro de caráter público.
  - (E) retificação de dados pessoais, sem necessidade de requerimento administrativo anterior.

40. Com relação ao incidente de uniformização de jurisprudência, assinale a alternativa correta.
- (A) Dada sua natureza preventiva, o incidente deve ser suscitado nas razões recursais ou em petição avulsa, antes do julgamento do recurso.
  - (B) O incidente deve ser decidido antes do julgamento do recurso, pois se trata de uma decisão autônoma, passível de recurso específico.
  - (C) Por sua natureza recursal, deve ser suscitado após o julgamento da apelação, para a uniformização das decisões da turma julgadora.
  - (D) O incidente pode ser suscitado por meio de embargos de declaração, desde que existente os pressupostos recursais.
  - (E) É cabível contra decisões proferidas em última ou única instância dos tribunais estadual e do Distrito Federal, vedado em sede dos tribunais constitucionais.
41. Quanto aos embargos do devedor em execução, é correto afirmar que:
- (A) terão efeito suspensivo, salvo quando o prosseguimento da execução manifestamente possa causar ao exequente grave dano de difícil ou incerta reparação.
  - (B) não poderão ser rejeitados liminarmente quando a execução já estiver garantida por penhora, depósito ou caução suficientes.
  - (C) quando o efeito suspensivo atribuído aos embargos disser respeito apenas a parte do objeto da execução, essa prosseguirá quanto à parte restante.
  - (D) em qualquer caso a concessão de efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados suspenderá a execução contra os que não embargaram.
  - (E) quando houver mais de um executado, o prazo para embargar conta-se a partir da juntada do último mandado citatório.
42. A antecipação da tutela
- (A) será deferida quando presentes a fumaça do bom direito e o perigo na demora em concedê-la.
  - (B) é pedido funcional e estruturalmente autônomo.
  - (C) requer a presença do caráter de urgência, a provisoriedade e a revogabilidade da medida.
  - (D) tem natureza acautelatória.
  - (E) possui pedido acessório, por meio da tutela preventiva ou incidental, sempre dependente do principal.

43. Excluído do feito o ente federal, cuja presença levara juiz estadual a declinar da competência, deve o juiz federal
- (A) julgar o feito no mesmo momento da exclusão.
  - (B) suscitar conflito de competência.
  - (C) extinguir a ação por falta de competência.
  - (D) suspender o feito.
  - (E) restituir os autos ao juiz estadual.

44. Ato de gestão comercial praticado por administrador de empresa pública é passível de revisão por meio de
- (A) mandado de segurança.
  - (B) *habeas data*.
  - (C) mandado de injunção.
  - (D) ação civil pública.
  - (E) ação comum.

### DIREITO TRIBUTÁRIO

45. O procedimento cautelar fiscal poderá ser instaurado após a constituição do crédito tributário, inclusive no curso da execução judicial da Dívida Ativa da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e respectivas autarquias. O requerimento da medida cautelar, contudo, depende da prévia constituição do crédito tributário quando o devedor
- (A) sem domicílio certo, intenta ausentar-se ou alienar bens que possui ou deixa de pagar a obrigação no prazo fixado.
  - (B) tendo domicílio certo, ausenta-se ou tenta se ausentar, visando elidir o adimplemento da obrigação.
  - (C) caindo em insolvência, aliena ou tenta alienar bens.
  - (D) contrai ou tenta contrair dívidas que comprometam a liquidez do seu patrimônio.
  - (E) notificado pela Fazenda Pública para que proceda ao recolhimento do crédito fiscal, põe ou tenta por seus bens em nome de terceiros.

46. Em sede de execução fiscal, a Fazenda Pública
- (A) não poderá adjudicar os bens penhorados, em qualquer hipótese, se findo o leilão houver licitantes, visto que o crédito tributário tem que ser satisfeito em dinheiro.
  - (B) poderá adjudicar os bens penhorados somente quando findo o leilão, com preferência em relação ao licitante e pelo preço da avaliação.
  - (C) poderá adjudicar os bens antes do leilão, pelo preço da avaliação, apenas no caso da execução não ser embargada.
  - (D) poderá adjudicar os bens penhorados, pelo preço da avaliação, se findo o leilão não houver licitante.
  - (E) não poderá adjudicar os bens penhorados, devendo os bens serem sujeitos a leilões sucessivos até que se alcance a arrematação, visto que o crédito tributário tem que ser satisfeito em dinheiro.

47. A ação de consignação em pagamento,
- (A) pode versar sobre qualquer aspecto do crédito tributário e do lançamento que lhe deu origem.
  - (B) não pode ser promovida no caso da subordinação do pagamento ao cumprimento de uma obrigação acessória.
  - (C) só tem cabimento no caso da exigência, por mais de uma pessoa jurídica, de tributo idêntico sobre o mesmo fato gerador.
  - (D) se for julgada procedente, o consignante levantará a quantia depositada.
  - (E) se for julgada improcedente, no todo ou em parte, cobra-se o crédito acrescido de juros de mora, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

48. A imunidade e a isenção
- (A) são institutos que possuem a mesma origem.
  - (B) identificam-se por representarem, ambas, liberalidades fiscais.
  - (C) distinguem-se porque a primeira verifica-se no âmbito do poder de tributar, ao passo que a segunda constitui-se em mero não exercício da competência tributária.
  - (D) identificam-se em nível da lei que as concede.
  - (E) confundem-se quanto ao efeito que produzem, na medida em que o crédito tributário constituído será dispensado da cobrança relativamente ao contribuinte, em ambos os casos.

49. Estabelece o Sistema Tributário Nacional a vedação à cobrança de tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou e antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. A observância do referido prazo de noventa dias não se exige em relação a lei que
- (A) institua taxa pela utilização de serviço público específico e divisível.
  - (B) fixe a base de cálculo do IPTU (imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana).
  - (C) aumente o ISS (imposto sobre a prestação de serviços).
  - (D) institua contribuição para o custeio dos serviços de iluminação pública.
  - (E) majore a alíquota do ITBI (imposto sobre a transmissão onerosa de bens imóveis).
50. Dispõe o Código Tributário Nacional que a lei pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário, atendendo a determinadas circunstâncias que estabelece, dentre as quais,
- (A) a elevada importância do crédito tributário.
  - (B) a condição patrimonial favorecida do sujeito ativo.
  - (C) a condição peculiar a determinada região do território da entidade tributante.
  - (D) as considerações de afinidade, em relação às características pessoais ou materiais do caso.
  - (E) o erro do sujeito passivo, ainda que inescusável, quanto à matéria de fato.
51. Assinale a alternativa na qual estão presentes apenas fontes secundárias do Direito Tributário.
- (A) Decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa, e os decretos.
  - (B) Tratados e convenções internacionais que versem, no todo sobre tributos, e os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas.
  - (C) Decretos regulamentares e os tratados e convenções internacionais que versem sobre tributos.
  - (D) Convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e os tratados e convenções internacionais que versem, em parte, sobre tributos.
  - (E) Práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas e a lei ordinária que verse sobre matéria tributária.
52. De acordo com a classificação da receita, segundo determina a Lei nº 4.320/64, as Receitas Imobiliárias integram a Receita
- (A) Tributária.
  - (B) Patrimonial.
  - (C) Industrial.
  - (D) Diversa.
  - (E) Operacional.
53. As dotações destinadas ao pagamento de bonificações a produtores de determinados gêneros ou materiais, consideram-se, nos termos da Lei Geral do Orçamento, como
- (A) subvenções financeiras.
  - (B) subvenções econômicas.
  - (C) despesa de capital.
  - (D) investimento.
  - (E) transferência de capital.
54. No tocante à elaboração da Proposta Orçamentária, no que se refere às previsões pluriênicas, as receitas e despesas de capital, pelo que determina a Lei nº 4.320/64, serão objeto de um Quadro de Recursos e de Aplicação de Capital, aprovado por decreto do Poder Executivo, abrangendo, no mínimo, um
- (A) ano.
  - (B) biênio.
  - (C) triênio.
  - (D) quadriênio.
  - (E) quinquênio.
55. De acordo com o diploma legislativo que estabelece o regimento das finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, as normas relativas ao controle de custos e à avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos, é matéria cuja disposição cabe à Lei
- (A) do Plano Plurianual.
  - (B) Geral do Orçamento.
  - (C) de Responsabilidade Fiscal.
  - (D) do Orçamento Anual.
  - (E) de Diretrizes Orçamentárias.

56. A dívida relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil, pelo que determina a Lei Complementar nº 101/00, será incluída
- (A) na dívida pública remissa do Tesouro Nacional.
  - (B) no refinanciamento da dívida mobiliária do Tesouro Nacional.
  - (C) na dívida pública consolidada da União.
  - (D) na concessão de garantia da União.
  - (E) na concessão de garantia do Tesouro Nacional.
57. Assinale a alternativa que está em consonância com as determinações da Lei nº 10.520/02 que instituiu a modalidade de licitação denominada pregão.
- (A) É vedada, nos regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a previsão da participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da modalidade pregão, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação.
  - (B) No âmbito do Ministério da Defesa, a função de pregoeiro não poderá ser desempenhada por militares.
  - (C) É permitida a exigência de garantia de proposta.
  - (D) É permitida a exigência do pagamento de taxas e emolumentos, referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.
  - (E) O prazo de validade das propostas, se outro não estiver fixado no edital, será de 8 dias.

### DIREITO PENAL

58. Acerca da aplicação da lei penal, assinale a alternativa correta.
- (A) A lei excepcional ou temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram.
  - (B) A lei posterior, que de alguma forma favorecer o agente, será aplicada aos fatos anteriores, desde que não decididos por sentença condenatória transitada em julgado.
  - (C) Considera-se praticado o crime no momento do resultado.
  - (D) Um crime praticado contra a vida ou a liberdade do Presidente da República, se cometido no estrangeiro, ficará sujeito à legislação do país em que tenha ocorrido.
  - (E) Ao crime cometido no território nacional aplica-se a lei brasileira, sem possibilidade de aplicação de qualquer tratado ou regra de direito internacional.

59. De acordo com o Código Penal,
- (A) considera-se lugar do crime aquele em que o resultado se produziu.
  - (B) no cômputo do prazo, não se inclui o dia do começo, mas sim o do vencimento.
  - (C) aplica-se a lei brasileira aos crimes praticados a bordo de embarcações estrangeiras, de propriedade privada, que estejam em porto ou mar territorial do Brasil.
  - (D) a sentença estrangeira não pode ser homologada no Brasil para obrigar o condenado à reparação do dano.
  - (E) em se tratando de pena cumprida no estrangeiro pelo mesmo crime, caso sejam diferentes as penas impostas, aquela cumprida no estrangeiro não atenuará a imposta no Brasil.
60. Sobre os crimes contra a Fé Pública, é correto afirmar:
- (A) para a configuração do crime de falsidade ideológica, basta que o agente omita, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar, ou, em documento público ou particular, insira ou faça inserir declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, sem finalidade específica.
  - (B) aquele que recebe moeda falsa, de boa-fé, como verdadeira, e a restitui à circulação depois de conhecer a falsidade será isento de pena.
  - (C) um dentista que, no exercício da profissão, fornece atestado falso responde pelo crime de falsidade de atestado médico.
  - (D) para os efeitos penais, o cheque pode ser objeto do crime de falsificação de documento público.
  - (E) o crime de falso reconhecimento de firma ou letra não se consuma em casos de documentos particulares.
61. Acerca dos crimes contra a incolumidade pública, assinale a alternativa correta.
- (A) Pratica crime contra a incolumidade pública aquele que difundir doença ou praga que possa causar dano a floresta, plantação ou animais de utilidade econômica.
  - (B) O crime de uso de gás tóxico ou asfixiante, previsto no art. 252 do Código Penal, somente é punível na modalidade dolosa.
  - (C) Aquele que inculcar ou anunciar cura por meio secreto ou infalível pratica o crime de curandeirismo.
  - (D) O arremesso de projétil contra veículo em movimento, destinado ao transporte público por terra, configura crime de atentado contra a segurança de outro meio de transporte.
  - (E) Para os efeitos penais, os cosméticos não são incluídos entre os produtos sujeitos à punição em caso de falsificação, corrupção, adulteração ou alteração, crime previsto no art. 273 do Código Penal.

62. Assinale a alternativa correta.

- (A) Pratica o crime de contrabando aquele que ilude, no todo ou em parte, o pagamento de direito ou imposto devido pela entrada, saída ou consumo de mercadoria.
- (B) O estrangeiro que tenha sido expulso do território nacional e nele reingresse pratica crime contra a administração da Justiça.
- (C) O crime de resistência se configura com a oposição mediante violência ou ameaça à execução de ato legal ou ilegal praticado por funcionário público competente para executá-lo.
- (D) Considera-se funcionário público, para os efeitos penais, apenas quem exerce cargo, emprego ou função pública de forma efetiva e mediante remuneração.
- (E) O funcionário público que exige para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida pratica o crime de corrupção ativa.

### DIREITO ELEITORAL

63. No que se refere aos partidos políticos, é correto afirmar que:

- (A) o partido político, pessoa jurídica de direito público, destina-se a assegurar, no interesse do regime democrático, a autenticidade do sistema representativo e a defender os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal.
- (B) a ação do partido político tem caráter regional e é exercida de acordo com os ditames da Executiva Nacional, salvo se houver subordinação a outra entidade.
- (C) é possível a candidatura de militares a cargos públicos, sendo que o partido político pode se utilizar de organização de natureza militar e adotar uniforme para seus membros.
- (D) só o partido que tenha registrado seu estatuto no Tribunal Superior Eleitoral pode participar do processo eleitoral, receber recursos do Fundo Partidário e ter acesso gratuito ao rádio e televisão, nos termos fixados em lei.
- (E) é admitido o registro de partido político que tenha caráter regional, considerando-se como tal aquele que comprove o apoio de eleitores correspondentes a, pelo menos, um por cento do eleitorado do Estado da Federação.

64. Para concorrer a cargo eletivo, o eleitor deverá estar filiado ao respectivo partido pelo menos um ano antes da data fixada para

- (A) as eleições majoritárias ou proporcionais.
- (B) a diplomação dos candidatos eleitos aos cargos majoritários ou proporcionais.
- (C) a posse dos eleitos aos cargos majoritários ou proporcionais.
- (D) o registro da candidatura aos cargos majoritários e da data fixada para as convenções para os cargos proporcionais.
- (E) as convenções para escolha de candidatos.

65. O partido político está obrigado a enviar, anualmente, à Justiça Eleitoral, o balanço contábil:

- (A) até o dia 31 de janeiro do ano seguinte, sendo que o balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral; o dos órgãos estaduais, aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais, aos Juízes Eleitorais.
- (B) até o dia 30 de abril do ano seguinte, sendo que o balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral; o dos órgãos estaduais, aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais, aos Juízes Eleitorais.
- (C) até o dia 15 de março do ano seguinte, sendo que o balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral e o dos órgãos estaduais e municipais aos Tribunais Regionais Eleitorais.
- (D) até o dia 31 de março do ano seguinte, sendo que o balanço contábil do órgão nacional será enviado ao Tribunal Superior Eleitoral; o dos órgãos estaduais, aos Tribunais Regionais Eleitorais e o dos órgãos municipais, aos Juízes Eleitorais.
- (E) até o dia 31 de março do ano seguinte, sendo que o balanço contábil dos órgãos nacional, estaduais e municipais devem ser enviados ao Tribunal Superior Eleitoral, que poderá ser utilizado da estrutura dos Tribunais Regionais Eleitorais.

66. No que tange ao controle da legalidade das eleições, pode-se afirmar que a idade mínima constitucionalmente estabelecida como condição de elegibilidade é verificada tendo por referência a data

- (A) das eleições.
- (B) da diplomação dos candidatos eleitos.
- (C) da posse.
- (D) do protocolo do pedido de registro de candidato.
- (E) do julgamento do pedido de registro de candidato.

67. O militar alistável é elegível e, se contar com mais

- (A) de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se for eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade.
- (B) de quinze anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se for eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade.
- (C) de dez anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se for eleito ou não, passará automaticamente, no ato da eleição, para a inatividade.
- (D) de quinze anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se for eleito, passará automaticamente, no ato da eleição, para a inatividade.
- (E) de quinze anos de serviço, será agregado pela autoridade superior e, se for eleito, passará automaticamente, no ato do registro de candidatura, para a inatividade.

68. Se a convenção partidária de nível inferior se opuser, na deliberação sobre coligações, às diretrizes legitimamente estabelecidas pelo órgão de direção nacional, nos termos do respectivo estatuto, poderá esse órgão anular a deliberação e os atos dela decorrentes, sendo que as anulações de deliberações dos atos decorrentes de convenção partidária, na condição estabelecida,

- (A) deverão ser comunicadas à Justiça Comum, no prazo de 15 (quinze) dias, após a decisão.
- (B) deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral, no prazo de 30 (trinta) dias, após a data limite para o registro de candidatos.
- (C) deverão ser comunicadas à Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias, após a data limite para o registro de candidatos.
- (D) não poderão ser objeto de apreciação pela Justiça Comum ou Eleitoral.
- (E) não serão objeto de comunicação ou apreciação da Justiça Eleitoral, exceto no caso de nulidade formal, que poderá ser arguida na Justiça Comum.

## TUTELA DE INTERESSES DIFUSOS, COLETIVOS, INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS

69. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) determina que

- (A) na educação básica, a carga horária mínima anual será de novecentas horas, distribuídas por, no mínimo, duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.
- (B) a educação física, na educação básica, é integrada à proposta pedagógica da escola, como componente curricular obrigatório, sendo todos os alunos obrigados à prática de atividades esportivas.
- (C) o ensino da História do Brasil, na educação básica, levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana e europeia.
- (D) a exibição de filmes de produção nacional constituirá componente curricular complementar integrado à proposta pedagógica da escola, sendo a sua exibição obrigatória por, no mínimo, 3 (três) horas mensais.
- (E) o ensino da arte e da música, especialmente em suas expressões regionais, constituirá componente curricular facultativo nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

70. A Lei de Proteção aos Portadores de Deficiência (Lei nº 7.853/89) estabelece que

- (A) as ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de 1 (um) ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
- (B) é defeso aos demais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes nas ações propostas por qualquer dos legitimados que propuserem a ação.
- (C) a sentença terá eficácia de coisa julgada oponível *ultra partes*, exceto no caso de haver sido a ação julgada improcedente por deficiência de prova, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova.
- (D) a sentença que concluir pela carência ou pela procedência da ação fica sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal.
- (E) o Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exame ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a 20 (vinte) dias úteis.



71. É princípio estabelecido pela Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99):
- (A) o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos.
  - (B) a garantia de democratização das informações ambientais.
  - (C) o estímulo e fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social.
  - (D) o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania.
  - (E) a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais.
72. Assinale a alternativa que está de acordo com a Lei da Acessibilidade dos Portadores de Deficiência (Lei nº 10.098/2000).
- (A) Os parques de diversões, públicos e privados, devem adaptar, no mínimo, 10% (dez por cento) de cada brinquedo e equipamento e identificá-lo para possibilitar sua utilização por pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, tanto quanto tecnicamente possível.
  - (B) Os banheiros de uso público existentes ou a construir em parques, praças, jardins e espaços livres públicos deverão ser acessíveis e dispor, pelo menos, de um sanitário e um lavatório que atendam às especificações das normas técnicas da ABNT.
  - (C) Em todas as áreas de estacionamento de veículos, localizadas em vias ou em espaços públicos, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção e deverão ser em número equivalente a cinco por cento do total.
  - (D) Os semáforos para pedestres instalados nas vias públicas deverão estar equipados apenas com mecanismo que emita sinal sonoro suave, que sirva de guia ou orientação para a travessia de pessoas portadoras de deficiência visual, se a intensidade do fluxo de veículos e a periculosidade da via assim determinarem.
  - (E) São consideradas, pela lei, barreiras arquitetônicas urbanísticas as existentes no interior dos edifícios públicos e privados.
73. Sobre a outorga de direitos de uso de recursos hídricos pelo Poder Público, é correto afirmar que independem dessa cessão
- (A) a derivação ou captação de parcela da água existente em um corpo de água para consumo final, inclusive abastecimento público, ou insumo de processo produtivo.
  - (B) a extração de água de aquífero subterrâneo para consumo final ou insumo de processo produtivo.
  - (C) o lançamento em corpo de água de esgotos e demais resíduos líquidos ou gasosos, tratados ou não, com o fim de sua diluição, transporte ou disposição final.
  - (D) o uso de recursos hídricos para a satisfação das necessidades de pequenos núcleos populacionais, distribuídos no meio rural.
  - (E) o aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.
74. As regras previstas no Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741/03) estabelecem que
- (A) aos idosos, a partir de 65 (sessenta e cinco) anos, que não possuam meios para prover sua subsistência, nem de tê-la provida por sua família, é assegurado o benefício mensal de 1 (um) salário-mínimo, nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social – Loas.
  - (B) nos programas habitacionais, públicos ou subsidiados com recursos públicos, o idoso goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, e se reservará pelo menos 5% (cinco por cento) das unidades habitacionais residenciais para atendimento aos idosos.
  - (C) para ter acesso à gratuidade, o idoso precisa de uma identificação especial concedida pelo órgão gestor do transporte, para que faça prova de sua idade.
  - (D) é assegurada prioridade na tramitação dos processos e procedimentos e na execução dos atos e diligências judiciais em que figure como parte ou interveniente pessoa com idade igual ou superior a 65 (sessenta e cinco) anos, em qualquer instância.
  - (E) deixar de cumprir, retardar ou frustrar, sem justo motivo, a execução de ordem judicial expedida nas ações em que for parte ou interveniente o idoso é crime nos termos da lei em comento, punível com pena de reclusão de 1 (um) a 4 (quatro) anos e multa.

75. De acordo com a Lei nº 6.766/79, que estabelece regras sobre o parcelamento do solo urbano, é requisito para se constituir um loteamento:

- (A) as áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei estadual para a zona em que se situem.
- (B) os lotes terão área mínima de 125 m<sup>2</sup> (cento e vinte e cinco metros quadrados) e frente mínima de 5 (cinco) metros, mesmo quando o loteamento se destinar a urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (C) ao longo das águas correntes e dormentes e das faixas de domínio público das rodovias e ferrovias, será obrigatória a reserva de uma faixa não-edificável de 15 (quinze) metros de cada lado, salvo maiores exigências da legislação específica.
- (D) as vias de loteamento não deverão articular-se com as vias adjacentes oficiais, existentes ou projetadas, mas devem harmonizar-se com a topografia local.
- (E) a legislação estadual definirá, para cada zona em que se divida o território do Município, os usos permitidos e os índices urbanísticos de parcelamento e ocupação do solo, que incluirão, obrigatoriamente, as áreas mínimas e máximas de lotes e os coeficientes máximos de aproveitamento.

76. Dentro dos conceitos trazidos pelo Estatuto da Igualdade Racial, assinale a alternativa correta.

- (A) Discriminação racial ou étnico-racial é toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- (B) Desigualdade racial é toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- (C) Ações afirmativas são iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- (D) Políticas públicas são programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.
- (E) Desigualdade de gênero e raça é a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.

77. Assinale a alternativa correta, considerando as disposições do Regimento Interno da Câmara Municipal de Itatiba.

- (A) Ausente ou impedido o Presidente, o primeiro Vice-Presidente o substitui e, ausente ou impedido este, o primeiro secretário assume a presidência.
- (B) Os presidentes das Comissões Permanentes serão nomeados pela Presidência da Câmara no dia em que se organizarem.
- (C) Todo projeto de lei deve ser submetido ao Plenário, ainda que tenha recebido parecer contrário de todas as Comissões quanto ao seu mérito.
- (D) O recinto do Plenário da Câmara é, em sessão, de livre acesso a todo cidadão, independentemente de autorização.
- (E) Requerimento sumário é aquele para cujo trâmite não se admite discussão, nem encaminhamento de votação, nem justificativa de voto.

78. Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal a respeito da emenda e subemenda, é correto afirmar que

- (A) não se admitirá emenda em projeto de resolução e de decreto-legislativo.
- (B) cabe recurso ao Plenário contra ato do Presidente que se recusar a receber emenda.
- (C) a emenda e a subemenda dependerão da assinatura de pelo menos três quintos dos Vereadores.
- (D) as emendas serão discutidas e votadas depois do projeto original.
- (E) a emenda e a subemenda não poderão ser admitidas no decorrer da discussão do projeto de lei.

**79.** A Lei Orgânica do Município de Itatiba dispõe que compete, privativamente, à Câmara Municipal de Itatiba exercer, dentre outras, a atribuição de decidir sobre a perda do mandato do Vereador, nas hipóteses previstas em lei, assegurada ampla defesa, por votação de

- (A) dois terços dos membros componentes da Câmara, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara.
- (B) um terço dos membros componentes da Câmara, mediante provocação da Mesa Diretora ou de Partido Político representado na Câmara.
- (C) dois terços dos membros componentes da Câmara, mediante provocação de qualquer Vereador ou de Partido Político representado na Câmara.
- (D) um terço dos membros componentes da Câmara, mediante provocação da Mesa Diretora ou de qualquer Vereador.
- (E) dois terços dos membros componentes da Câmara, mediante provocação de qualquer Vereador ou da Mesa Diretora da Câmara.

**80.** Conforme estabelece a Lei Orgânica do Município de Itatiba, não será admitido aumento da despesa prevista nos projetos de iniciativa exclusiva do Prefeito, sendo, porém, uma exceção a essa normativa:

- (A) regime jurídico, provimento de cargos, estabilidade e aposentadoria dos servidores públicos municipais.
- (B) criação, extinção ou transformação de cargos, funções ou empregos na Administração direta, indireta ou autárquica.
- (C) emendas ao projeto de lei de Diretrizes Orçamentárias, as quais somente poderão ser aprovadas quando compatíveis com o Plano Plurianual.
- (D) criação, estruturação e atribuições dos órgãos da Administração pública municipal.
- (E) aumento de despesas ou diminuição da receita municipal.

